

Deputadas lutarão para fortalecer suas regiões

Carmen Kozak e Bilau Pereira

A descentralização dos poderes, o fortalecimento do Legislativo e uma ampla reforma tributária são reivindicações que unem as deputadas constituintes Wilma Maia (PDS/RN), Lídice da Mata (PC do B-BA) e Marluce Pinto (PTB-RR). Eles acreditam que a adoção dessas medidas é imprescindível ao desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste — as mais carentes do país.

Apesar das divergências ideológicas, pretendem encontrar uma fórmula que una a bancada feminina de 26 deputadas na luta contra a discriminação das mulheres na sociedade brasileira. Reconhecem que isso não poderá ser resolvido através de artigos constitucionais, mas com a reformulação do Código Civil e das políticas educacional e trabalhista.

A devolução das prerrogativas do Congresso Nacional e o fim dos decretos-leis são apontados pelas parlamentares como o primeiro passo para a solução da crise econômica do país e o único caminho para restaurar a credibilidade popular,



Lídice, Wilma e Marluce querem uma ampla reforma tributária e descentralização do poder

nas instituições. Nestas duas semanas de trabalho, essas representantes do Norte e Nordeste perceberam que haverá uma certa dificuldade em promover as mudanças profundas de que necessita o

país. Mas, a renovação de 62 por cento da Câmara trouxe, segundo elas, uma leva de novos deputados firmemente dispostos a lutar pela credibilidade do político brasileiro e do Congresso Nacional.

Poder Judiciário em relação à própria nomeação dos ministros etc. etc., mas também em relação fora dos poderes, que o povo possa participar. O mais importante é a gente ter a condição de o povo participar.

São só 26, mas querem influir

O que vocês querem na Constituinte?

Wilma: Eu espero da Constituinte, e vou defender os seguintes pontos: nós vivemos num país onde há uma verdadeira contradição. O governo é forte e poderoso e o povo é pobre e miserável. Eu, principalmente, que moro numa região como o Nordeste brasileiro, vejo esse grande contraste. Então nós vivemos num mundo de profundas desigualdades regionais e sociais. Então, nós precisamos mudar isso, ter uma melhor distribuição de renda. A lei maior da sociedade brasileira, ou seja, a Constituição do Brasil, vai deixar os seus princípios escritos para que depois sejam regulamentados pelas leis ordinárias e complementares. Ai está o nosso trabalho. Porque nós sabemos, por exemplo, que a mulher não é discriminada na Constituição de hoje. Mas, existe uma discriminação dentro do Código Civil. Então, por que isso? Porque a lei maior não foi bem interpretada na hora de regulamentar. E nós temos que ter esse cuidado na hora em que formos elaborar os nossos Código Civil e Código Penal, e as leis complementares de um modo geral. Nós temos que ver isso a mulher precisa ver isso. Ela precisa também mostrar na própria Constituinte a sua eficiência e a sua competência, até para mostrar que participa das decisões e dá conta do recado. Então eu espero, e vou lutar por isso, para que tenhamos justiça social. Agora, a justiça social não se faz só com leis. Se faz também com a prática.

Marluce: O que nós esperamos da Constituinte e temos, principalmente as mulheres, fazer frente a certas mudanças, e até na parte de descentralização. Porque o que a gente vê é o seguinte: a economia de mercado da Coreia do Sul, até 1963, era considerada um dos três países mais pobres. Hoje está na 12ª economia, e tudo isso por causa da mão-de-obra que foi muito privilegiada, a agricultura e, também a distribuição. No nosso país, que é um grande continente, o que acontece é que tudo é centralizado em Brasília. Então fica muito difícil para que os ministros determinem o que vai ser feito no Sul e o que vai ser feito no Norte. Muitos deles muitas vezes não conhecem nem as nossas necessidades. Ao passo que se existisse essa descen-

sa distribuição, por que não se voltam mais para o Norte? Se o Norte e o Nordeste, a gente vê que são regiões que são mais discriminadas, geralmente as verbas são bem menores, e quando a população é muito mais carente, quando não existem as grandes indústrias e os grandes empresários, então eu acho que deveria existir na Constituinte essa descentralização. E também uma coisa que eu falei muito em palanques, que foi a aposentadoria da mulher do colono e da mulher do garimpeiro. Porque a gente sen-



"O Legislativo não pode continuar sendo apêndice do Poder Executivo"

Lídice da Mata

te como aquele povo é um povo sacrificado. É um povo que trabalha com alta periculosidade. Na hora que o chefe de família morre, a família fica marginalizada, a filha cai na prostituição. Então, nós como mulheres, temos mais que a obrigação de fazer constar na Constituinte a aposentadoria das mulheres dos colonos e dos garimpeiros, para que possamos dar uma posição de vida melhor para aquela gente.

Lídice: O povo quer mudanças. Mudanças objetivas. E mudar mesmo o quê? Do ponto de vista nosso, das mulheres, nós queremos a igualdade de direitos; políticos, sociais, de participação na vida da economia do país, de participação na vida política da Nação e por isso fomos eleitas, com essa disposição de, na Constituinte, cumprir o papel da cidadã e definir sobre as questões políticas fundamentais e também os nossos direitos. O povo, depois de um processo de ditadura militar, portanto, de forma de governo militar autoritário no país, ele tem anseio por um governo forte, do ponto de vista do fortalecimento das instituições civis no país e, portanto, do fortalecimento do poder civil da nação, negando assim todo o processo anterior. O povo quer a descentralização do poder, como Wilma falou. Não é possível continuar com o poder legislativo sendo um apêndice do poder executivo, como o poder judiciário também não responde às necessidades da justiça popular. Então, nós precisamos modificar isso, nós precisamos descentralizar o poder executivo, que hoje é o grande poderoso da nação. Nós precisamos, além disso, responder a questões objetivas, como a questão social, a garantia das liberdades políticas, que o regime anterior havia negado ao povo, e da garantia das liberdades trabalhistas, dos direitos sociais do trabalhador brasileiro, do acesso ao emprego, etc. Nós precisamos abordar questões da economia fundamentais para o desenvolvimento da nação, porque nesse processo todo de movimento político, a nação também passou um processo de aprofundamento da crise econômica. E a expectativa que nós temos é de que essa Constituinte seja capaz de abordar questões que signifiquem a ponta de lança para a resolução de alguns problemas econômicos estruturais. E aí entra a necessidade da discussão da definição da Constituinte em relação à reforma agrária, à reforma ur-

bana, à reforma tributária, que são questões essenciais e emergentes para a nação brasileira. E aí também se coloca como uma necessidade política e da economia brasileira, a definição da soberania nacional. A Constituinte, acima de tudo, num processo de entreguismo crescente e de penetração crescente do imperialismo e das multinacionais no nosso país, tem que se pronunciar como soberana, tanto do ponto de vista da economia, quanto do ponto de vista da economia, digo porque deveria, portanto, tomar medidas com relação à concessão e rever a posição que a atual Constituinte tem em relação à exploração de minérios no país, a todas as facilidades de implantação na economia das grandes multinacionais, como também do ponto de vista da soberania política, do tratamento político, da não submissão ao FMI. Isso o governo da nova República deu alguns passos pequenos, e depois parou no meio do caminho. Hoje nós não temos o FMI dentro do Planalto, dentro do Congresso Nacional, dizendo o que o Presidente tinha que fazer. Mas hoje temos, sem dúvida, uma política econômica que está a cada dia mais se submetendo aos ditames do FMI. Então, eu acho que a grande expectativa para nós é essa.

O que não pode faltar na futura Constituição?

Marluce: O que não pode faltar na nova Constituição, primeiro é a reformulação do Código Civil para que os direitos, uma vez que os direitos sejam idênticos, então existe até uma compreensão melhor e uma maneira da mulher se sentir assim mais autêntica com seu trabalho. Porque não é o nosso caso, porque, já que partimos para enfrentar até uma Câmara dos Deputados, onde existem 487 deputados, e somos 26 mulheres, então de uma certa forma, nós já nos liberamos.

Lídice: É difícil dizer o que é indispensável na Constituinte. É difícil porque tem muita coisa que é indispensável. A Constituinte deve ser exatamente a reorganização da nação. E para nós é mais difícil ainda porque nós somos um setor discriminado da população. Então à queima roupa você pergunta, e o que não pode faltar na Constituinte são os direitos da mulher? Mas, na verdade não é só isso. Nós sabemos que é preciso, talvez se pudesse dizer que o que não pode faltar na Constituinte é a garantia dos direitos do povo brasileiro, porque se pelo menos, nós não conseguirmos viabilizar a reforma agrária, a reforma tributária, a reforma urbana, pelo menos devemos dar ao povo o direito de lutar para viabilizar isso de outra forma. Então, eu acho que na verdade, o que não pode faltar na Constituinte é consolidar a democracia e, portanto, garantir o direito do povo lutar e isso precisa começar agora, com a participação do povo na Constituinte. Que é também uma coisa que nós estamos sentindo que se não se dá meio caminho da Constituinte, já não dá para percorrer mais.

Wilma: Bem, o que não pode faltar na Constituinte, na minha opinião, seria exatamente os direitos da cidadania ao povo brasileiro. Nós temos que colocar na elaboração da futura Constituição do Brasil, que todo brasileiro tem que ter direito à educação, portanto, nós temos que lutar pela educação pública e gratuita em todos os níveis. Nós temos que fazer com que os poderes tenham legitimidade. O Poder Executivo não pode ser tão forte como ele é, porque uma democracia não poderá se consolidar se o Poder Executivo for da forma que ele é hoje, forte a ponto de decidir tudo. Nós temos que distribuir o poder no país no sentido também de fazer não só com que o Poder Legislativo e o Judiciário sejam mais legítimos, inclusive o

mesma citou. Nós vivemos num país onde você tem o Nordeste e o Norte numa situação econômica e de vida social do povo, e no Sul do país e Sudeste um outro país. Nós temos um problema, uma catástrofe no Sul, uma inundação, num minuto aparece na televisão, e sai aquele negócio todo, faz campanha de solidariedade. Nós passamos 5 ou 6 anos de seca no Nordeste, o povo morrendo diariamente, sem que ninguém falasse, porque se tornou comum a miséria.

Lídice: Acho que o principal problema do país no momento é o problema econômico, realmente. É a manutenção de um modelo econômico que tem como consequência para o povo a fome, o desemprego, a falta de escolas, o drama social. O problema da economia brasileira, está no modelo que mantém uma vinculação, na verdade, de submissão ao capital estrangeiro. Se mantém na bandeja, na mão do capital estrangeiro, e com um modelo econômico que aprofunda as diferenças regionais, como ela

Marluce: O principal problema do país no momento é o problema econômico, realmente. É a manutenção de um modelo econômico que tem como consequência para o povo a fome, o desemprego, a falta de escolas, o drama social. O problema da economia brasileira, está no modelo que mantém uma vinculação, na verdade, de submissão ao capital estrangeiro. Se mantém na bandeja, na mão do capital estrangeiro, e com um modelo econômico que aprofunda as diferenças regionais, como ela



"Se existisse a descentralização, acho que o país estaria melhor"

Marluce Pinto

Wilma: O maior problema brasileiro é o problema da credibilidade na Constituição, porque nós temos hoje o Poder Executivo que anuncia uma medida e o povo não acredita. O Poder Legislativo que está também com a credibilidade abalada. E o próprio Poder Judiciário. Nós precisamos fortalecer as instituições no Brasil. E precisamos mais do que isso, precisamos de eleições diretas para presidente da República, para que nós possamos, para que dessa forma todos os brasileiros possam participar do esforço para o desenvolvimento. Porque governo nenhum se sustenta sem a participação do povo. Então, é necessário que o povo acredite no governo para participar. O maior problema brasileiro é realmente o problema do desemprego.



"A mulher precisa mostrar eficiência e competência na Constituinte"

Wilma Maia

tralização, se os governos de estado e se as prefeituras se tornassem autônomas, de uma certa maneira tivessem a sua renda própria para movimentar aquele dinheiro da maneira como sentissem que era a necessidade maior da sua região, a situação do país estaria não como está no momento. Nós vemos, principalmente lá no Estado onde eu sou representante, hoje, que é Roraima, lá tem uma área de 232 mil Km², com uma população de 130 mil habitantes. Então, quando se fala tanto em reforma agrária, se investe tanto nessa distribuição de terras, em tantos lugares onde já não existe nem como fazer es-